

Mercado de Trabalho

folhainfo@folhadelondrina.com.br

Abertura do comércio aos domingos gera impasse

Sindicatos patronal e dos trabalhadores defendem a convenção coletiva e afirmam que a portaria que autoriza o funcionamento não tem força de lei

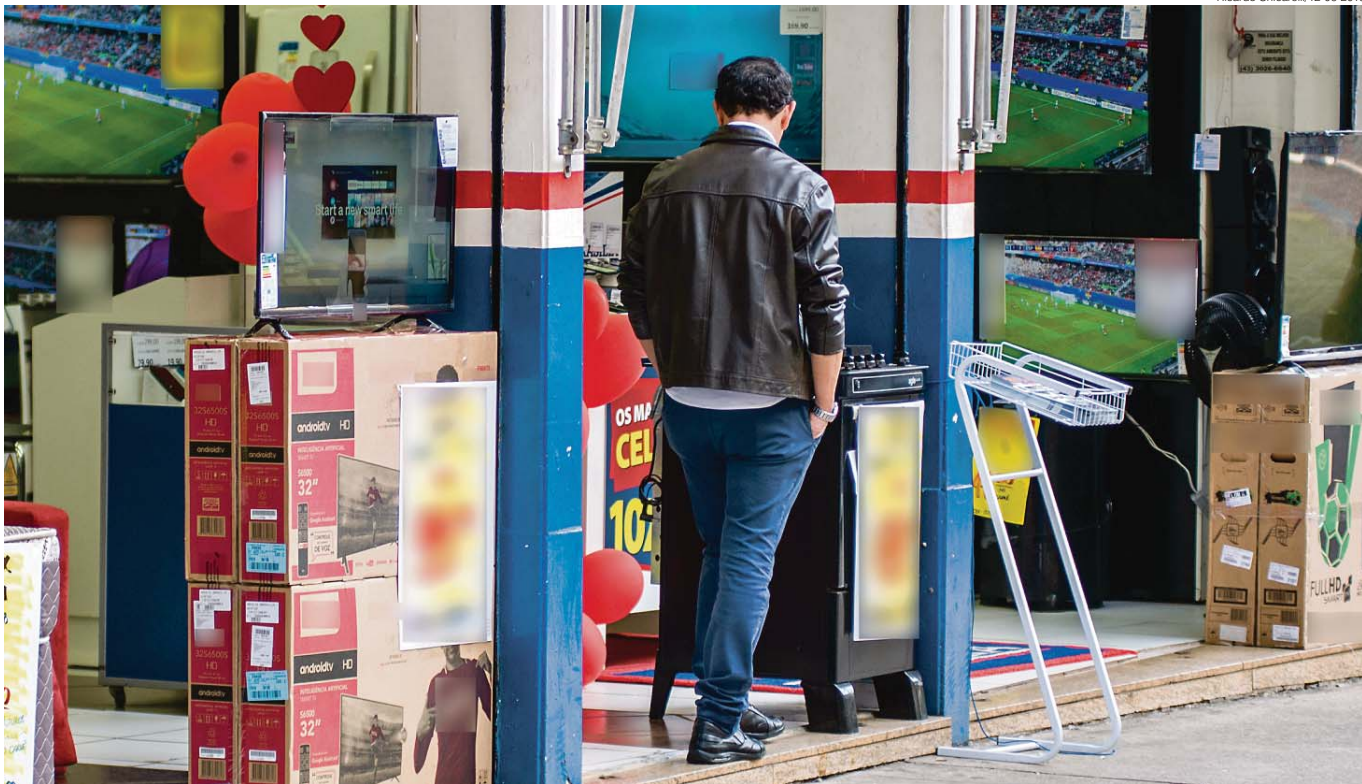
Aline Machado Parodi
Reportagem Local

A portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, que amplia para 78 os setores da economia com autorização permanente para que funcionários possam trabalhar aos domingos e feriados civis e religiosos colocou lado a lado os sindicatos patronal e dos trabalhadores do varejo de Londrina. Ambos entendem que, como a norma não tem poder de lei, o que vale é a convenção coletiva da categoria, entendimento confirmado por especialistas em Direito Trabalhista.

Publicada no "Diário Oficial da União" no dia 18 de junho, a portaria abrange o comércio em geral, a indústria, os transportes, a educação e a cultura. De acordo com o secretário Rogério Marinho, os empregados que trabalharem aos domingos e feriados terão folgas em outros dias da semana.

Marinho disse ainda que a nova norma preserva os direitos trabalhistas e que a autorização permanente facilitará a criação de empregos. "Com mais dias de trabalho das empresas, mais pessoas serão contratadas. Esses trabalhadores terão suas folgas garantidas em outros dias da semana. Respeito à Constituição e à CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]", postou o secretário na rede social Twitter.

A advogada trabalhista Vânia Regional Silveira Queiroz, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Subseção Londrina, explica que a portaria vai confrontar com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a Constituição Federal, uma vez que a matéria já é tratada nas duas legislações, e que um decreto anterior já contempla o comércio que



Ricardo Chicarelli/12-06-2019

Em Londrina, o comércio fica aberto até as 18 horas no primeiro e segundo sábados do mês, mas o acordo da categoria autoriza a abertura até o quinto sábado

necessita ser mantido aberto em domingos e feriados como supermercados e postos de gasolina.

"Quando o governo fala que está tomando essa medida para gerar novos empregos é uma medida política. O governo está criando problemas para o empregado e o empresário", afirmou a advogada. A presidente da OAB disse ainda que a convenção trabalhista prevalece em relação a portaria. "Ao abrir (o comércio aos domingos), além da questão de multa, está sujeito (o comerciante) a ações do sindicato por descumprimento do acordo coletivo e reclamações trabalhistas. Não há segurança jurídica", declarou.

O advogado Eduardo Luiz Correia, do escritório De Pau-

la Machado Advogados e Associados, também reforça que a convenção coletiva deve ser respeitada, mas quando há um período de vacância da convenção, seu entendimento é que a empresa está autorizada pela portaria ao funcionamento aos domingos. Ele considera a matéria complexa e que poderá esvaziar a necessidade dos sindicatos concordarem com a abertura.

O Sindecolon (Sindicato dos Empregados do Comércio de Londrina) defende o acordo na convenção coletiva. A convenção atual foi prorrogada até o dia 30 de junho para o comércio de rua e a categoria está em negociação com o patronal. Mas, segundo Manoel Teodoro da Silva, vice-presidente do Sindecolon,

a abertura aos domingos não está em discussão.

Em Londrina, o comércio fica aberto até as 18 horas no primeiro e segundo sábados do mês, mas o acordo da categoria autoriza a abertura até o quinto sábado. Silva afirma que não vale a pena abrir o comércio de rua aos domingos. "As empresas que vieram para a Madre (avenida Madre Leônia Milito), por exemplo, não querem abrir aos domingos. Estamos indo na contramão da Europa, onde o comércio tem fechado ao meio dia", argumentou.

Ele também não acredita que a medida vá gerar novos postos de trabalhos. No acumulado do ano, o comércio está com saldo negativo (-14) de vagas com carteira as-

sinada, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério da Economia.

O presidente do Sincoval (Sindicato do Comércio Varejista de Londrina), Ovhanes Gava, ressaltou que até 30 de junho nada muda e segue em vigor a convenção em vigência. Segundo ele, o patronal se reuniu com os advogados da entidade e deve divulgar ainda esta semana uma orientação aos associados. "A portaria não tem força de lei e está gerando muita confusão", afirmou Gava.

A Acil (Associação Comercial e Industrial de Londrina) tem outro entendimento sobre a questão. O presidente Fernando Moraes, disse que a entidade esperava há tempo por

essa flexibilização e que a portaria autoriza o funcionamento imediato. "Se ele (empresário) tiver essa liberdade poderá definir ações do que é melhor fazer no domingo", comentou Moraes, ressaltando a necessidade de cumprir a legislação trabalhista quando aos direitos de folga semanal.

Ele discorda do Sindecolon e afirma que vale a pena sim abrir aos domingos. "O sindicato não vive o dia a dia do comércio". Ele lembrou que ações realizadas pela Acil para o Dia das Mães, por exemplo, viabilizaram o movimento durante a noite. "Criou-se uma cultura de movimento. Com a portaria poderemos fazer campanhas para movimentar o comércio aos domingos", disse Moraes.

Índice de produção cresce em maio e atinge 50,9 pontos, diz CNI

Sandra Manfrini
Agência Estado

Brasília - A atividade industrial brasileira registrou aumento em maio, após um abril de desempenho mais fraco. Segundo a Sondagem Industrial de maio, divulgada nesta terça-feira, 25, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o indicador de evolução da produção chegou a 50,9 pontos no mês passado, ante 49,6 pontos registrados em abril. Na comparação com maio de 2018, quando os resultados foram fortemente influenciados pela paralisação dos caminhoneiros e o índice de produção ficou em 41,6 pontos, o crescimento anual é de 9,3 pontos.

Apesar da melhora na produção, o número de empregados na indústria caiu 0,3 ponto frente a abril e ficou em 48,5 pontos em maio, indicando queda do em-

prego no setor. Os indicadores da pesquisa variam de zero a 100 pontos. Quando estão acima dos 50 pontos indicam aumento da produção e do emprego.

O nível de utilização da capacidade instalada cresceu 1 ponto percentual na comparação com abril e ficou em 67%. Apesar da alta, a CNI destaca que o percentual ainda é baixo na comparação com anos de maior atividade industrial.

"Há um longo caminho a percorrer para a recuperação plena da atividade industrial", observa o economista da CNI Marcelo Azevedo, em nota distribuída pela entidade. "Mesmo com o aumento da produção e da utilização da capacidade instalada, a ociosidade na indústria continua elevada quando comparada com outros períodos de maior atividade", completa.

A pesquisa revela ainda que

a indústria continua acumulando estoques. O índice de evolução do nível de estoques efetivo em relação ao planejado vem crescendo desde fevereiro e alcançou 51,6 pontos em maio, o maior valor desde outubro de 2015, com exceção do registrado em maio de 2018, quando os estoques cresceram em razão da greve dos caminhoneiros. Esse indicador também varia de zero a cem pontos e, quando está acima dos 50 pontos, indica que a indústria está acumulando estoques indesejados.

"É necessário que as empresas consigam ajustar seus estoques para termos um aumento mais forte da produção", acrescenta Azevedo.

EXPECTATIVAS

A melhora da atividade no mês fez com que o otimismo dos

empresários, que vinha em tendência de queda, se estabilizasse no mês. Em junho, o indicador de expectativas sobre a demanda ficou em 57,3 pontos, o de compras de matérias-primas foi de 54,6 pontos, o de número de empregados alcançou 50,8 pontos e o de quantidade exportada, 52,6 pontos.

Os indicadores continuam acima dos 50 pontos, o que mostra que os empresários estão otimistas, esperando aumento da demanda, da compra de matérias-primas, do emprego e das exportações nos próximos seis meses.

O indicador de intenção de investimentos teve uma pequena queda de 0,2 ponto e ficou em 52,3 pontos em junho. Essa foi a quarta retração consecutiva do índice, que acumula queda de 4,3 pontos desde fevereiro.

A Sondagem foi feita entre 3 e 12 de junho, com 1.903 empresas.

Brasil e EUA fazem acordo de R\$ 1,1 bi com grupo alvo da Lava Jato

Folhapress

Brasília - O governo federal e o MPF (Ministério Público Federal) anunciaram nesta terça (25) um acordo de leniência com empresas do grupo europeu Technip, alvo da Operação Lava Jato, celebrado em conjunto com autoridades americanas. O conglomerado se comprometeu a pagar R\$ 1,1 bilhão no Brasil e nos Estados Unidos. A Technip foi investigada por envolvimento no esquema de corrupção e desvio de recursos na Petrobras.

As negociações envolveram tratativas da Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União com o Departamento de Justiça dos EUA. Do total a ser pago, R\$ 819,7 milhões (equivalente a US\$ 214,3 milhões) serão pagos no Brasil e destinados à estatal petrolífera. Desse montante,

R\$ 630 milhões correspondem à reparação de prejuízos causados à companhia e à devolução de lucros obtidos em contratos fraudulentos. Outros R\$ 189,1 milhões se referem a pagamento de multa prevista na Lei de Improbidade Administrativa.

Aos Estados Unidos, o grupo pagará mais R\$ 313 milhões. Os valores serão repassados em três parcelas no prazo de dois anos.

Além de reconhecer os ilícitos praticados, apresentar informações e provas relevantes sobre a participação de terceiros nos crimes e de efetuar o pagamento de multa e ressarcimento de danos, a Technip se comprometeu a continuar a implementar e aprimorar programas de integridade, ética e transparência, apresentando relatórios anuais ao MPF e à Controladoria-Geral da União.